

DISCURSOS DA FORMAÇÃO DOCENTE EM LETRAS: O SUJEITO- ALUNO CONCLUDENTE E SUAS CONCEPÇÕES DE LÍNGUA/LINGUAGEM*

José Marcos de FRANÇA (SEED-SE)¹

Maria Ester Vieira de SOUSA (PROLING/UFPB)²

RESUMO:

Este artigo tem como objetivo discutir as concepções de língua/linguagem apresentadas por sujeitos-alunos concludentes do curso Letras-português Licenciatura da Universidade Federal de Sergipe (UFS), nos períodos 2011.1/2. As nossas análises revelaram que os sujeitos-alunos concludentes do Curso de Letras-português Licenciatura da UFS, no geral, demonstram dominar uma concepção de *língua* como “sistema/estrutura” ou como “fato social” e relacionada à comunicação. Já em relação à concepção de *linguagem*, revelaram que os sujeitos-alunos, predominantemente, se mantiveram presos à concepção de linguagem tomada como expressão do pensamento ou à linguagem tomada como instrumento de comunicação. No geral, os dados revelam que esses sujeitos-alunos não detêm um domínio sistemático das concepções de *língua* e de *linguagem*.

Palavras-chave: Formação Docente. Sujeito-aluno. Concepções de Língua/Linguagem.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Nos últimos tempos, a formação docente tem passado por amplas reformas curriculares em todas as áreas de conhecimento que oferecem cursos de licenciatura. Com os cursos de Letras não tem sido diferente. E o curso da Universidade Federal de Sergipe

* Este trabalho é um recorte de nossa tese de doutoramento defendida pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal da Paraíba, em julho de 2015, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Maria Ester Vieira de Sousa.

¹ Doutor em Linguística e professor de Língua Portuguesa da Rede Pública de Ensino do Estado de Sergipe.

² Doutora em Letras e professora da graduação do curso de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal da Paraíba.

(UFS), obviamente, passou por esse processo, para adaptar-se à nova realidade e formar professores que atendam às expectativas de um perfil profissional de professor de língua portuguesa traçado pelos documentos oficiais que regem e orientam a formação docente em Letras no País.

A nossa pesquisa consistiu em analisar as concepções de língua/linguagem junto a sujeitos-alunos concludentes do curso Letras-português Licenciatura da UFS. Os dados de nosso *corpus* foram gerados a partir dos textos das respostas de questionários aplicados a esses sujeitos-alunos, ao responderem às seguintes perguntas: “O que você entende por língua?” e “O que você entende por linguagem?”. Assim, sob os aportes teóricos da Análise do Discurso (AD) francesa, com base na proposta teórica de Maingueneau (2007), analisamos os (inter)discursos constitutivos dos textos das respostas dadas pelos sujeitos-alunos.

Nosso trabalho está assim dividido: no primeiro tópico, discutimos a formação docente em Letras pretendida para os egressos do curso, com base nos documentos oficiais; no segundo tópico, apresentamos e discutimos as concepções de língua e linguagem correntes na literatura linguística; no terceiro, e último, tópico, analisaremos os textos das respostas dadas pelos alunos concludentes.

1 FORMAÇÃO DOCENTE EM LETRAS

A elaboração e construção do “novo” currículo passam pelo crivo de várias regulamentações legais que direcionam previamente o que deve constar nesse currículo, portanto, não há uma “livre” e total escolha dos sujeitos elaboradores do que deve constar ou não na estrutura curricular, embora tenha sido levado em conta “a proposta apresentada pelo Colegiado do Curso de Letras” (PP-UFS, p. 1). O Parecer N.º 492/2001 CNE/CES determina as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Letras (DCCL) e a Resolução N.º 18/2002 CNE/CES estabelece essas Diretrizes Curriculares. Vale ressaltar que a construção de um novo currículo que atenda às Diretrizes é uma exigência do MEC, ou seja, é uma

exigência institucional, ou antes, governamental, delimitada para uma melhor governamentalidade política: condução e controle das ações dos sujeitos elaboradores do PP-UFS e dos demais PPs de cursos de Letras do País.

Assim se posiciona o texto das Diretrizes Curriculares dos Cursos de Letras:

A área de Letras, abrigada nas ciências humanas, põe em relevo a relação dialética entre o pragmatismo da sociedade moderna e o cultivo dos valores humanistas. Decorre daí que os cursos de graduação em Letras deverão ter estruturas flexíveis que:

- facultem ao profissional a ser formado opções de conhecimento e de atuação no mercado de trabalho;
- criem oportunidade para o desenvolvimento de habilidades necessárias para se atingir a competência desejada no desempenho profissional; (DCCL, 2001, p. 29)

O Projeto Pedagógico do curso Letras-português Licenciatura demonstra estar alinhado e em consonância com o que determina a Resolução Nº 18/2002. Começamos por analisar o objetivo geral, no Art. 2º, do texto do PP-UFS, com a seguinte redação:

Art. 2º A habilitação Português Licenciatura do Curso de Letras, tem como objetivos:

I. Geral: formar profissionais interculturalmente competentes, capazes de lidar de forma crítica, com as linguagens, especialmente a verbal nos contextos oral e escrito, e conscientes de sua inserção na sociedade, e das relações com o outro. (PP-UFS, p. 1)

É pertinente anotar que esse objetivo geral do PP-UFS (assim como o do PP-UFPB) é uma reprodução *ipsis litteris* do objetivo traçado para o curso de Letras contido no texto das DCCL quando elas tratam do item “Perfil dos Formandos”:

O objetivo do Curso de Letras é *formar profissionais interculturalmente competentes, capazes de lidar, de forma crítica, com as linguagens, especialmente a verbal, nos contextos oral e escrito, e conscientes de sua inserção na sociedade e das relações com o outro.* (DCCL, 2001, p. 30)

No entanto, no texto PP-UFS não se faz nenhuma referência ao texto da lei, não indicando como uma citação extraída do documento oficial. Isso demonstra o nível de subordinação ideológica e filosófica à orientação advinda das DCCL, postura que também encontramos em outros PPs analisados, como no PP-UFPB: a “posse” do texto, e consequentemente do discurso, como um discurso mostrado, ou seja, do interdiscurso oficial assumido em seu intradiscurso. Vemos que, no citado objetivo geral, busca-se uma formação “intercultural”, “crítica” e “consciente” do profissional de modo a refletir em seu papel na sociedade. Está contido nesse discurso que tipo de profissional se quer formar e lançar no mercado de trabalho. Com isso já se delinea o perfil do professor de LP que se pretende: que ele seja capaz de lidar com “as linguagens”, o que requer uma compreensão de uma nova dimensão de ensino de LP que se pauta numa concepção de linguagem verbal como interação, nas modalidades oral e escrita, e no uso das várias linguagens existentes no contexto social.

Nessa mesma direção de convergência, Gregolin (2007, p. 69) afirma que “São, fundamentalmente, essas idéias discursivas e sociointeracionistas que estão na base das propostas dos *Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)*, que colocam a discursividade no centro do ensino” e, mais adiante, faz a ressalva do quanto há de inovador em termos de teoria linguística nos PCN e “[...] o quanto a teoria que está em sua base é pouco conhecida pelos professores que têm de colocá-la em prática” (GREGOLIN, 2007, p. 70). Além disso, Cunha (2004, p. 31) observa que os PCN trazem conceitos “[...] oriundos do sócio-interacionismo e do estruturalismo [...]”, principalmente as concepções de língua e linguagem que são usadas no decorrer do texto sem qualquer diferenciação quanto à referência teórica de base, ou seja, ora se usa uma concepção sociointeracionista ora se usa uma concepção estruturalista sem distinção, como se fossem equivalentes.

Em vista disso, seguindo uma orientação histórico-ideológica que o momento “exige”, o curso de Letras, a par dessa exigência, e impulsionado por força de lei, deve visar a uma formação dos futuros professores de LP que esteja em sintonia com os novos parâmetros traçados e exigidos pelas Diretrizes Curriculares para os Cursos de Letras

(Parecer N.º: CNE/CES 492/2001 e Resolução CNE/CES 18/2002)³, que por sua vez subordinam os projetos pedagógicos dos cursos de Letras em todo o País a suas “orientações” e promove a reformulação dos referidos cursos.

Os PCN foram aqui superficialmente comentados para situar o que os futuros sujeitos-professores de LP precisam conhecer e dominar (pelo menos em tese): o conteúdo dos textos oficiais que orientam o ensino de LP no EB e ter, pelo menos, uma noção das teorias linguísticas, literárias, metodológicas e pedagógicas que orientam o discurso desses textos.

2 CONCEPÇÕES DE LÍNGUA/LINGUAGEM

Ao definir a língua como o objeto de estudo da Linguística em detrimento da linguagem, Saussure ([1916] 2005) diz que ela não se confunde com a linguagem, mas que é parte essencial desta. Partindo desse princípio, o autor diz que a língua “É, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos” (SAUSSURE, [1916] 2005, p. 17).

Para Saussure ([1916] 2005), a língua, diferentemente da linguagem, “[...] é um todo por si e um princípio de classificação” (p. 17), é adquirida e convencional e não algo natural como a linguagem, sendo assim, “[...] a língua é uma convenção e a natureza do signo convencional é indiferente” (p. 18), como consequência, Saussure afirmar que a língua é um fato social e constitui uma instituição social.

O autor expressa uma concepção de língua que envolve cultura e cognitivismo, isto é, a língua é produto de fatores internos e externos. É algo que está na mente do indivíduo, mas também é comum a todos os membros de uma comunidade linguística, pois cada

³ Parecer Nº 492/2001 CNE/CES e estabelecida pela Resolução Nº 18 CNE/CES de 13 de março de 2002. Assim como a UFS, todas as outras Instituições de Ensino Superior tiveram que adequar o seu curso de Letras conforme as Diretrizes, como veremos na seção 3.1.

indivíduo detém uma gramática ou um “sistema gramatical” virtual dessa língua. Por fim, Saussure ([1916] 2005), chega à conclusão de que a língua é um sistema de signos que exprimem ideias.

Marcuschi (2008, p. 59), apresenta as seguintes definições para o termo *língua*:

- a) como forma ou estrutura – um sistema de regras que defende a autonomia do sistema diante das condições de produção (posição assumida pela visão formalista);
- b) como instrumento – transmissor de informações, sistema de codificação; aqui se usa a metáfora do conduto (posição assumida pela teoria da comunicação);
- c) como atividade cognitiva – ato de criação e expressão do pensamento típica da espécie humana (representada pelo cognitivismo);
- d) como atividade sociointerativa situada, relacionada a aspectos históricos e discursivos.

Seguindo essa proposta de Marcuschi (2008), quando vista como uma entidade abstrata, como forma, a língua é estudada em suas propriedades estruturais autônomas. Neste caso, é tomada como código ou sistema de signos e sua análise desenvolve-se na imanência do objeto, assim, deixando em segundo plano o contexto e a situação, bem como os aspectos discursivos sociais e históricos. Tratada assim, a língua é tida como um sistema homogêneo composto de vários níveis hierarquicamente distribuídos. No geral, os estudos nesta linha não ultrapassam a unidade máxima da frase, nem se ocupam do uso da língua. Na maioria dos casos, trabalham-se aqui as unidades isoladamente, fora de qualquer contexto. O interesse central dessa perspectiva é tratar os fenômenos sistemáticos da língua.

Segundo ainda o autor, a perspectiva que trata a língua “como instrumento” não parece razoável pelo fato de não atingir nenhum nível de abstração desejável e pelo fato de desvincular a língua de suas características mais importantes, ou seja, seu aspecto cognitivo e social. Além disso, tem como consequência a ideia de que a língua é um instrumento transparente e de manuseio não problemático. A compreensão se torna algo objetivo e a transmissão de informações seria natural.

Já para a perspectiva da língua “como atividade cognitiva”, tomando esta posição de maneira radical, enfatizando a língua como atividade cognitiva ou apenas um sistema de representação, pode-se incorrer no risco de uma outra redução, que confina a língua a sua condição exclusiva de fenômeno mental e sistema de representação conceitual. A língua, sem dúvida, envolve atividades cognitivas, mas não é um fenômeno apenas cognitivo.

Enfim, a língua “como atividade sociointerativa situada” toma a língua como uma atividade sócio-histórica, cognitiva e sociointerativa. Na realidade, contempla a língua em seu aspecto sistemático, mas observa-a em seu funcionamento social, cognitivo e histórico, predominando a ideia de que o sentido se produz situadamente e que a língua é um fenômeno encorpado e não abstrato e autônomo. Em vista disso, diz Marcuschi (2008), a língua não deixa de ser um sistema simbólico (ela é sistemática e constitui-se de um conjunto de símbolos ordenados), contudo, ela é tomada como uma atividade sociointerativa desenvolvida em contextos comunicativos historicamente situados. Assim, a língua é vista como uma atividade, isto é, uma prática sociointerativa de base cognitiva e histórica. Em suma: “[...] a língua é um conjunto de práticas sociais e cognitivas historicamente situadas”, por isso, “[...] as línguas são objetivações históricas do que é falado” (MARCUSCHI, 2008, p. 61).

Dentro dessa perspectiva, o autor diz tomar a língua como um sistema de práticas cognitivas abertas, flexíveis, criativas e indeterminadas quanto à informação ou estrutura, em outros termos, a língua é um sistema de práticas sociais e históricas sensíveis à realidade sobre a qual atua, sendo esse contexto em que se situa parcialmente prévio e parcialmente dependente. Assim conclui Marcuschi (2008, p. 61):

Em suma, a língua é um sistema de práticas com o qual os falantes/ouvintes (escritores/leitores) agem e expressam suas intenções com ações adequadas aos objetivos em cada circunstância, mas não construindo tudo como se fosse uma pressão externa pura e simples.

Mas sem deixar de lado a importância e a relevância da forma, pois “[...] quando se fala em uso e função, não se ignora a existência de formas” (MARCUSCHI, 2008, p. 62). O referido linguista frisa que as formas não são tudo no estudo da língua e que só fazem sentido quando situadas em contextos sociointerativamente relevantes. Diferentemente da noção de língua típica do estruturalismo, que é centrada no estudo do código, isto é, na análise de propriedades imanentes ao sistema de signos da língua – por isso o autor diz tratar-se de uma linguística do significante – a noção de língua sociointerativa “[...] admite que a língua é *variada* e *variável*, ou seja, supõe uma visão não monolítica da língua [...]” (MARCUSCHI, 2008, p. 63).

A língua é uma atividade interativa, social e mental/cognitiva que estrutura nosso conhecimento e permite que nosso conhecimento seja estruturado. Em vista disso, enquanto fenômeno empírico, a língua não é um sistema abstrato e homogêneo, mas é: heterogênea, social, histórica, cognitiva, indeterminada, variável, interativa e situada.

Marcuschi (2008) afirma que a língua não é simplesmente um instrumento para reproduzir ou representar ideias e veicular informações, ao contrário, a “[...] função mais importante da língua não é a informacional e sim a de inserir os indivíduos em contextos sociohistóricos e permitir que se entendam”, portanto, “[...] a língua é uma forma de ação, ou seja, um trabalho que se desenvolve colaborativamente entre os indivíduos na sociedade” (MARCUSCHI, 2008, p. 67). Se, dentro dessa perspectiva, “a língua é uma forma de ação”, então, ela é o elemento que promove a interação entre os usuários/falantes de uma dada sociedade o que implica o seu aspecto social.

Vejamos, também, as concepções de *linguagem* correntes na literatura dos estudos linguísticos. Saussure afirma, em relação à linguagem, que:

Tomada em seu todo, a linguagem é multiforme e heteróclita; o cavaleiro de diferentes domínios, ao mesmo tempo física, fisiológica e psíquica, ela pertence além disso ao domínio individual e ao domínio social; não se deixa classificar em nenhuma categoria de fatos humanos, pois não se sabe como inferir sua unidade. ([1916] 2005, p. 17)

Vemos que para Saussure a linguagem não poderia ser objeto de estudo da Linguística por não apresentar uma “unidade”, pois ele a caracteriza como “multiforme e heteróclita” e ela pertenceria ao domínio tanto “individual” quanto “social”. Se Saussure nega à linguagem uma abordagem de estudo científico privilegiando a língua, Bakhtin/Volochínov ([1929] 2006), criticando a posição tomada pelo linguista suíço, afirmam que o verdadeiro objeto de estudo da Linguística deve ser a *linguagem*. Em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, Bakhtin/Volochínov ([1929] 2006) defendem que a linguagem não é um sistema de categorias gramaticais abstratas, mas é algo “ideologicamente saturado”, é uma concepção de mundo, uma opinião concreta. Sendo assim, os autores propõem:

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da *interação verbal*, realizada através da *enunciação* ou das *enunciações*. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua. (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, [1929] 2006, p. 127)

Para Bakhtin/Volochínov ([1929] 2006), a língua vive e evolui historicamente na comunicação verbal concreta e não no sistema linguístico abstrato das formas da língua nem no psiquismo individual dos falantes, como postula Saussure. Ao assumir tal postura, os autores formulam algumas proposições que expressam o seu ponto de vista. Uma das proposições é não conceber a língua como um sistema estável de formas normativamente idênticas, pois, concebê-la assim é apenas uma *abstração científica* que só pode servir a certos *fins teóricos e práticos particulares*. Essa abstração, no entanto, não dá conta de maneira adequada da realidade concreta da língua.

Dizem ainda os autores que “A língua constitui um *processo de evolução ininterrupto*, que se realiza através da *interação verbal social dos locutores*” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, [1929] 2006, p. 132), por isso, “As leis da evolução linguística não são de maneira alguma as leis da psicologia individual, mas também não podem ser divorciadas da atividade dos falantes. As leis da evolução linguística são essencialmente *leis sociológicas*” (BAKHTIN/VOLOCHÍNOV, [1929] 2006, p. 132).

Para os linguistas russos, a *criatividade* da língua não coincide com a criatividade artística nem com qualquer outra forma de criatividade ideológica específica, mas, ao mesmo tempo, a criatividade da língua não pode ser compreendida *independentemente dos conteúdos e valores ideológicos que a ela se ligam*, pois a evolução da língua, como toda evolução histórica, pode ser percebida como uma necessidade cega de tipo mecanicista, mas também pode tornar-se “necessidade de funcionamento livre”, uma vez que alcançou a posição de uma necessidade consciente e desejada.

Como uma consequência das diferentes abordagens de estudos sobre a linguagem, Geraldi (2008a) diz que se pode apontar pelo menos três concepções de *linguagem*:

- a) a linguagem como expressão do pensamento;
- b) a linguagem como instrumento de comunicação;
- c) a linguagem como uma forma de interação.

À concepção de linguagem como “expressão do pensamento” está atrelada a ideia de que só se expressa bem, de forma correta, quem pensa corretamente, assim, como correlato, dentro dessa concepção, as pessoas não se expressariam bem porque não pensariam de forma lógica, por isso, não organizam o pensamento. A gramática que deriva dessa concepção é a chamada *gramática normativa ou tradicional*.

Para a segunda concepção, a língua vista como um código, como um conjunto de signos que se combinam segundo regras, capaz de transmitir uma mensagem, informações de um emissor a um receptor, representa a linguagem como “instrumento de comunicação” ou como “meio objetivo para a comunicação”. Essa concepção está representada pelos estudos linguísticos realizados pelo *estruturalismo* (a partir de Saussure) e pelo *gerativismo/transformacionalismo* (a partir de Chomsky).

Já para a terceira concepção, linguagem como “forma ou processo de interação”, o que “[...] o indivíduo faz ao usar a língua não é tão-somente traduzir e exteriorizar um pensamento, ou transmitir informações a outrem, mas sim realizar ações, agir, atuar sobre o interlocutor (ouvinte/leitor)” (TRAVAGLIA, 2003, p. 23). Isso porque, para essa concepção, a

linguagem é vista como um lugar de interação humana, de interação comunicativa pela produção de efeitos de sentido entre interlocutores, em uma dada situação de comunicação e em um contexto sócio-histórico e ideológico.

Vemos que as concepções de *linguagem* apresentadas por Geraldi estão ligadas a correntes teóricas que se ligam, por sua vez, à tradição gramatical normativa, ao formalismo e ao funcionalismo. Cada uma delas abordando a linguagem sob um determinado enfoque. Para Travaglia (2003, p. 21), “A concepção de linguagem é tão importante quanto a postura que se tem relativamente à educação”, ou seja, há uma estreita relação entre as concepções de *língua* e *linguagem* e o *ensino de língua* (aqui o ensino de LP) posto que é a partir da concepção de tais termos assumida pelo sujeito de ensino que se moldará o tipo de ensino a ser ministrado. Conforme Oliveira e Wilson (2009, p. 236), “Em termos de ensino, assumir uma concepção formalista significa considerar a linguagem uma entidade capaz de encerrar e veicular sentidos por si mesma, expressar o pensamento”, por exemplo.

3 SUJEITOS-ALUNOS CONCLUDENTES E SUAS CONCEPÇÕES DE LÍNGUA/LINGUAGEM

Para facilitar nossas análises, por uma questão metodológica, reunimos os textos das respostas em blocos, usando como critério o *léxico: sema(s)* em comum, tomado como a palavra ou palavras-chave que remete(m) a uma das concepções que relacionamos. Porém, é preciso observar que alguns dos textos fazem remissão a dois ou até aos três interdiscursos.

Assim como procedemos para o termo *língua*, reunimos em blocos os discursos que se aproximam pela filiação a determinada concepção do termo, ou seja, para uma melhor “didatização” de nossas análises e por critério metodológico, reunimos os discursos que “dizem” o “mesmo” por se filiarem à mesma concepção de *linguagem* (a uma das três concepções expostas) identificada pelo uso de um dos *semas-chave* de cada concepção (ou

seus termos similares ou correlatos) em seus discursos, a saber: *pensamento, comunicação, interação*.

3.1 O Que é Língua?

Ao indagar aos sujeitos-alunos (SAs) “O que você entende por *língua*?”, buscamos suscitar deles a(s) concepção(ões) teórica(s) que estão levando na “bagagem” como egresso de um curso de Letras-português para serem professores de Língua Portuguesa no EB.

Semas-chave: “*fato social*”; “*sistema*”

No enunciado a seguir, o SA demonstra dominar uma concepção de língua que insere seu discurso no campo discursivo da Linguística a partir da conceituação estabelecida por Saussure em seu Curso de Linguística Geral, conforme apresentado e discutido no capítulo 2 deste trabalho.

SA2: *A língua é um fato social, a qual contribui para a identidade de uma nação. Assim, é um elo comum entre os indivíduos, dando-lhes consciência de que pertencem a uma comunidade. Destaca-se por ser variável ao tempo e aos falantes.*

Apesar de haver uma evidente referência ao conceito de língua elaborado por Saussure no CGL, percebemos que no discurso do SA2 há um emaranhado de concepções. No primeiro trecho (*A língua é um fato social, a qual contribui para a identidade de uma nação*), nota-se que há não só a reprodução da concepção saussureana de língua, ou seja, uma noção de língua advinda do Estruturalismo inaugurado por Saussure ao estabelecer uma teoria linguística da língua como o objeto de estudos da ciência Linguística (*A língua é um fato social*) como também uma noção que se mistura a uma relação entre língua e identidade (*a qual contribui para a identidade de uma nação*) que remete, por sua vez, a

uma relação com a cultura, que alias é reforçada no enunciado seguinte ao afirmar que a língua “*é um elo comum entre os indivíduos*”, provavelmente, de uma mesma comunidade e que ela é que dá a “consciência” de pertencimento a essa comunidade.

O SA2 traz, ainda, nessa tentativa de conceituar língua, concepções, assim como o SA1, da Sociolinguística, remetendo às noções de *variante*, *variação* e *variável* linguísticas: “*Destaca-se por ser variável ao tempo e aos falantes*”, termos próprios dessa área da Linguística. Segundo Tarallo (1997, p. 08), “[...] variantes linguísticas são diversas maneiras de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto e com o mesmo valor de verdade. A um conjunto de variantes dá-se o nome de *variável linguística*”. O autor diz ainda que as formas em *variação* recebem o nome de “variantes linguísticas”. De acordo com os sociolinguistas, nas comunidades de fala, frequentemente, existirão formas linguísticas em *variação*, isto é, *formas que estão em co-ocorrência* (quando duas formas são usadas ao mesmo tempo) e em *concorrência* (quando duas formas concorrem).

Em síntese, o SA2 não apresenta uma concepção de língua sistemática, mas sua definição se aproxima da concepção de língua como o “conjunto das variedades utilizadas por uma determinada comunidade” quando faz uso do sema “comunidade” para expressar que “*os indivíduos [...] pertencem a uma comunidade.*” Apesar de ele trazer noções gerais quanto à corrente linguística a que se filia, para dizer o que diz, seu discurso remete a dizeres vindos de lugares teóricos diferentes, mas que estão no mesmo campo discursivo: o da Linguística.

A concepção de língua como “um fato social” é recorrente também no discurso do SA7:

SA7: Um fato social carregado de **valores** políticos, econômicos e ideológicos, que mais do que servir como um **meio de comunicação**, também é um **instrumento de expressão**.

A concepção de língua expressa no discurso do SA7 é a advinda do espaço discursivo da teoria estruturalista de Saussure, como definida no CGL. O uso dos termos “**fato social**” e “**valores**” denunciam a filiação teórica a que alude o SA, pois afirma o referido linguista que a língua é um fato social que agrega valores ao signo linguístico. No entanto, o SA7 traz novos elementos acrescidos, ao se referir a valores de ordem “política”, “econômica” e “ideológica” à língua, além de apontar para sua função *comunicativa* e *expressiva* (*um meio de comunicação, também é um instrumento de expressão*), e isso o aproxima, como já visto, da concepção de língua defendida pela Teoria da Comunicação. Ou seja, o discurso do SA7 tem ressonância no interdiscurso da Teoria da Comunicação.

Assim como no discurso do SA7, podemos ler também no enunciado seguinte uma concepção de língua filiada ao interdiscurso da “língua como um fato social” originado na teoria do linguista suíço.

SA19: *Língua é vista como **um fator social**, pertencente a uma determinada comunidade de fala.*

Embora no discurso do SA19 ocorra uma impropriedade no uso da palavra “fator” em lugar de “fato”, é possível inferir que a ideia ali é a mesma presente nos discursos do SA2 e do SA7, ou seja, nos três discursos há uma vontade de demonstrar que conhece e domina a concepção de língua advinda da teoria linguística de Saussure e isso aponta para uma vontade de estar em consonância com o discurso da ciência da linguagem, a Linguística. No discurso do SA7 ocorre, de forma mais acintosa do que no do SA2, a aproximação da concepção de língua como o “conjunto das variedades utilizadas por uma determinada comunidade”, com a ocorrência do sema “comunidade de fala” no trecho: “*Língua é vista como[...]pertencente a uma determinada **comunidade de fala.***”

No discurso do SA7, é apontada a função comunicativa (*servir como um meio de comunicação*) e expressiva (*também é um instrumento de expressão*) da língua como sendo partes inerentes dela. Essa mesma visão de língua está presente em outros discursos, como:

SA4: *Tenho como língua toda a representação da **comunicação** do ser humano, **estrutura comunicativa** (palavras e expressões) social, cada um com sua peculiaridade, ela determina muito um povo e sua cultura.*

O SA4 conceitua língua como um equivalente de “representação da comunicação humana” e como “estrutura comunicativa”. O SA4 procura dar um conceito abrangente de língua que mais se aproxima da concepção de “linguagem como instrumento de comunicação”. Já no discurso do SA9, a língua antes é definida como “um sistema de signos” cuja finalidade última é a “comunicação”:

SA9: *É um **sistema** de signos, que combinados entre si permite a **comunicação**.*

Essa concepção de *língua* como “**sistema de signos**” assim como sua finalidade comunicativa vem do interdiscurso estruturalista, como percebemos nos enunciados até aqui analisados. Até o momento, os discursos sempre remeteram aos interdiscursos de concepção de língua que a identifica como forma ou como estrutura – um sistema de regras que defende a autonomia do sistema diante das condições de produção (posição assumida pela visão formalista); ou como instrumento – transmissor de informações, sistema de codificação; aqui se usa a metáfora do conduto (posição assumida pela teoria da comunicação).

3.2 O Que é Linguagem?

Para suscitar nos SAs os possíveis discursos e interdiscursos em torno das concepções da categoria em questão, fizemos, então, a seguinte pergunta: O que você entende por *linguagem*?

Semas-chave: “comunicação”; “signos/sinais”; “verbal/não verbal/gestos/imagens”; “expressão”

Reunimos os textos que trazem como sema-chave o termo “comunicação” em associação com outros termos ou expressões que aludem a características da linguagem. Nesses textos, em seu dizer, os discursos apontam para a mesma orientação teórica – a linguagem como *instrumento de comunicação* – e para as modalidades da *linguagem*. Assim, vejamos:

SA1: **Processo** → **Sistema de signos** pelo qual o indivíduo se **comunica**, através de sons (*fala*) ou por meio de **imagens, gestos** etc.

SA3: *Linguagem é um sistema de sinais (verbal ou não verbal) convencional que possibilita a comunicação entre aqueles considerados pares, ou não.*

SA10: **Conjunto de signos** que para além de servir para a **comunicação** serve para **armazenar conteúdos culturais**.

Para os SAs – SA1, SA3 e SA10 – a *linguagem* consiste em um “sistema de signos” que serve ao indivíduo para se comunicar. Nesses discursos, vemos que a definição dada por esses SAs mais se aproximam da concepção de língua definida por Saussure no CGL, o que denuncia que eles procuram atualizar seus discursos e alinhá-los com o discurso do campo discursivo da Linguística. Mas, ao fazer referência à finalidade comunicativa, os SAs situam seus discursos no interdiscurso que corresponde à segunda das concepções anteriormente elencadas: a *linguagem* tomada como *instrumento de comunicação*, assim como também é vista no discurso de todos os outros SAs desse bloco.

SA2: *Classificada como **verbal** e **não-verbal**, é a capacidade de estabelecer a **comunicação** entre as pessoas.*

SA9: *É o meio pelo qual **a expressão e a comunicação** se concretiza, a linguagem não é exclusivamente **verbal**, ela pode ser **gestual, visual** etc*

SA11: *A linguagem é uma forma de **comunicação** que usamos cotidianamente. Ela pode ser **verbal** ou **não verbal**. Basicamente, esta acontece por meio de **gestos e imagens**, e aquela, através de palavras orais ou escritas. Além disto, podemos dizer que a linguagem pode ser **formal** ou **informal**.*

SA12: *A linguagem é um meio de estabelecer **comunicação** tanto **entre os seres humanos como entre os animais**. Ela possui várias **características, formas e finalidades**. Podendo ainda ser **verbal** ou **não verbal**.*

Assim como ocorrem nos textos dos SAs – SA1 e SA3 –, nos textos dos SAs – SA2, SA9, SA11 e SA12 – aparecem os tipos de linguagem “verbal/não verbal” ou exemplos de linguagem não verbal (“gestual”, “gestos”, “visual”, “imagens”) e os níveis de linguagem como “formal” e “informal”. Os discursos desses sujeitos remetem ao interdiscurso do que se estuda no EB, isto é, os SAs trazem involuntariamente da memória discursiva um interdiscurso de conhecimento que é abordado nas aulas de LP, como um conhecimento básico que diferencia numa abordagem didática a linguagem e suas modalidades ou tipos. A linguagem é tomada como algo mais abrangente que a língua, que, aliás, chega a incluir esta entre os tipos de linguagem.

SA15: *É o **conjunto de palavras e expressões** próprias de cada indivíduo de determinado grupo social, ou seja, é o uso particularizado que cada ser social carrega em sua **comunicação** falada/escrita.*

Nos textos dos SAs – SA9 e SA15 – aparece o sema “expressão” (“*a expressão e comunicação*” e “*conjunto de palavras e expressões*” respectivamente) associada ao sema “comunicação”, fazendo uma relação entre comunicação e expressão, ou seja, a linguagem ao tempo que é comunicação também é um meio ou forma de expressão. No entanto, no texto do SA15 a expressão e o que se segue a ela (“*é o uso particularizado que cada ser social carrega em sua comunicação falada/escrita*”) retoma na verdade como um interdiscurso a definição de linguagem encontrada no CGL (“A linguagem tem um lado individual e um lado social, sendo impossível conceber um sem o outro” (SAUSSURE, [1916] 2005, p. 16)).

Já no texto do SA10, a expressão “*armazenar conteúdos culturais*” adentra no interdiscurso da linguística cultural, também conhecida como Linguística Antropológica ou Etnolinguística, ou seja, estuda a relação entre língua e cultura. Essa linguística que estuda a relação entre língua e cultura, geralmente, é vista no curso introdutório da disciplina Linguística e, ao tratar dessa matéria, a Hipótese Sapir-Whorf é apresentada como uma das teorias que sustentam a base da ciência linguística. Segundo essa Hipótese, as pessoas vivem segundo suas culturas em universos mentais muito distintos que estão expressos (e talvez determinados) pelas diferentes línguas que falam. Deste modo, também o estudo das estruturas de uma língua pode levar à elucidação de uma concepção de um mundo que a acompanhe. Segundo Sapir (1980, p. 165): “Toda língua tem uma sede. [...] a língua não existe isolada de uma cultura, isto é, de um conjunto socialmente herdado de práticas e crenças que determinam a trama das nossas vidas.” É com esse interdiscurso que o discurso do SA10 dialoga.

Embora ainda esteja preso ao sema “*comunicação*”, no mesmo espaço discursivo, a definição dada pelo SA11 traz um aspecto da linguagem que até então não havia sido anotado nos textos anteriores. O texto do SA11 traz, além das referências às modalidades da linguagem, o “novo” desse discurso: ele faz uma referência a exemplos e às modalidades da linguagem verbal (“*esta acontece por meio de gestos e imagens, e aquela, através de*

palavras orais ou escritas") e também aos níveis de linguagem ("*a linguagem pode ser formal ou informal*").

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No geral, a concepção de *língua* que os sujeitos-alunos demonstraram dominar foi a de língua como "sistema/estrutura", como "fato social" e relacionada à comunicação. Como vimos, essa concepção de língua é o que se considera o mais usual entre os membros de uma comunidade linguística, assim, nessa concepção, o termo *língua* recobre apenas uma das variedades linguísticas utilizadas efetivamente pela comunidade, a variedade pretensamente utilizada pelas pessoas cultas. Nesse sentido, a concepção de língua restringe-se à "língua padrão" ou "norma culta", isto é, língua é equivalente de língua padrão tão somente, o que equivaleria a dizer que as variedades linguísticas não são consideradas como parte da língua, antes, são erros que devem ser corrigidos, excluídos da língua. Contudo, é preciso salientar que encontramos também discursos que denunciaram a heterogeneidade linguística como parte integrante da língua, o que o filia à concepção de língua como o conjunto das variedades utilizadas por uma determinada comunidade, reconhecidas como formas heterônimas de uma mesma língua, isto é, formas diversas entre si, mas pertencentes à mesma língua. Em suma, nessa concepção de língua, ela é tomada como um conjunto de variedades.

A concepção de língua como um construto teórico, necessariamente abstrato, no entanto, não foi citada pelos sujeitos-alunos.

Em relação à concepção de *linguagem*, nossas análises revelaram que os sujeitos-alunos predominantemente se mantiveram presos à concepção de linguagem tomada como expressão do pensamento ou à linguagem tomada como instrumento de comunicação, como meio objetivo para a comunicação. Já a linguagem tomada como forma ou processo de interação não teve uma boa produtividade entre os discursos dos SAs, já que somente

alguns deles (SA8, SA16, SA17, AS19, SA20) fazem referência a ela, mas em conjunção com a concepção de “expressão do pensamento” ou com a concepção de “instrumento de comunicação” não fazendo, portanto, uma distinção entre uma concepção e outra de linguagem.

Isso nos revela que esses sujeitos-alunos pré-egressos do curso Letras-português Licenciatura da UFS não atendem, em princípio, ao perfil vislumbrado para eles ao final do curso pelo PP. Como vimos, a concepção de linguagem que predomina no fio condutor da base teórico-ideológica do PP é a de linguagem como “interação social”. Se há um predomínio das concepções de linguagem como “expressão do pensamento” ou como “instrumento de comunicação” nos discursos dos sujeitos-alunos egressos, é revelador de que a concepção de linguagem como “processo de interação” não foi assimilada por eles, portanto, não se atingiu a proposta pretendida nos documentos oficiais (PCN, DCCL, PP-UFS), já que o foco nesses documentos é na concepção de linguagem como interação, uma aposta das/nas teorias interacionistas.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. M. (V. N. Volochínov). **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.
- CUNHA, D. A. C. Uma análise de concepções e conceitos: linguagem, língua, sentido, significado, gênero e texto. In: SOUSA, M. E. V. de.; VILAR, S. F. P. (orgs.). **Parâmetros curriculares em questão**: o ensino médio. João Pessoa: Editora Universitária, 2004. p. 27-47
- GERALDI, J. W. Concepções de linguagem e ensino de português. In: GERALDI, J. W. (org.). **O texto na sala de aula**. 4. ed. 3. impres. São Paulo: Ática, 2008a. p. 39-46
- GREGOLIN, M. R. O que quer, o que pode esta língua? Teorias lingüísticas, ensino de língua e relevância social. In: CORREA, D. A. (org.). **A relevância social da lingüística**: linguagem, teorias e ensino. São Paulo: Parábola Editorial; Ponta Grossa: UEPG, 2007. p. 51-78
- OLIVEIRA, M. R.; WILSON, V. Lingüística e ensino. In: MARTELOTTA, M. E. (org.). **Manual de lingüística**. 2ª. reimp. São Paulo: Contexto, 2009. p. 235-242
- SAUSSURE, F. **Curso de lingüística geral**. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2005.
- TARALLO, F. **A pesquisa sociolingüística**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1997.
- TRAVAGLIA, L. C. **Gramática e interação**: uma proposta para o ensino de gramática. 9. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2003.